

Questões do Amanhã

Marie Goldsmith

Julho, 1919

Conteúdo

Parte 1: As Razões do Nosso “Maximalismo”	3
Parte 2: A Ditadura do Proletariado	7
Parte 3: Alguns Marcos na Economia	12

Parte 1: As Razões do Nosso “Maximalismo”

A velha questão do maximalismo e do minimalismo assume hoje um aspecto completamente diferente do que tinha há alguns anos. Em parte por falta de fé na realização do ideal socialista em um futuro concebível, em parte por razões táticas, os partidos socialistas elaboraram então programas mínimos e, finalmente, fizeram deles o único conteúdo real de sua ação cotidiana. Os anarquistas se levantaram contra esse reformismo e esse possibilismo, convencidos de que nada poderia substituir a ação em direção ao ideal total e que qualquer quebra dessa ação só poderia ser prejudicial. E o conflito entre essas duas visões percorreu toda a história do movimento socialista, desde a Internacional até nossos dias.

Mas agora a situação mudou dramaticamente, por causa das revoluções que estouraram nos países europeus que, apenas alguns anos atrás, eram os mais atrasados. O caráter distintamente social dessas revoluções indica que a queda da dominação burguesa não é mais um assunto de propaganda teórica ou previsões históricas: é a realidade de amanhã. Na Rússia, na Áustria e na Alemanha, o movimento arrasta as grandes massas; já faz estremecer a burguesia de países ainda não contaminados. Mais uma vez, a questão do maximalismo e do minimalismo é levantada. Entre os militantes dos movimentos socialista e sindicalista, alguns acolhem com alegria qualquer tentativa de emancipação econômica e trabalham para sua difusão; outros param, hesitantes, diante da imensidão da tarefa e se perguntam se estarão à altura da tarefa; eles gostariam de evitar essa responsabilidade, ou mesmo escolher um momento favorável para o movimento de massas. Eles acham que as massas não estão prontas e gostariam de ganhar tempo, mesmo que apenas mais alguns anos, para prepará-las e, para isso, precisam dar um rumo mais tranquilo ao movimento, dar-lhe como objetivo algum aperfeiçoamento dos direitos dos trabalhadores ou simples reivindicações corporativistas.

Para escolher entre essas duas visões opostas, não basta nos deixarmos guiar por nosso sentimento revolucionário, ou mesmo por nossa devoção ao nosso ideal. Devemos buscar os ensinamentos da história, devemos refrear nossos sentimentos pela crítica, devemos voltar aos princípios fundamentais de nossa doutrina.

Ao recomeçarmos a publicar **Les Temps Nouveaux**, nestas condições completamente novas, devemos, desde o início, desde o nosso primeiro número, dar uma resposta clara a esta questão vital. Desta resposta depende nossa atitude em relação aos eventos futuros.

Lembre-mo-nos de nossa concepção da marcha dos grandes movimentos sociais, concepção totalmente diferente daquela que inspira os partidos que dividem seus objetivos entre meta final e metas imediatas.

Como o grande movimento emancipatório se desenrolou no passado? A luta contra a ordem de classe existente começa apenas entre uma pequena minoria cujas circunstâncias os fizeram sentir sua opressão e a esperança de acabar com ela – mais do que entre as grandes massas. Entre as massas, a opressão é pesada demais para que o número daqueles que conseguem se libertar mentalmente seja, a princípio, consequente. Mas a minoria revolucionária luta por sua própria conta e risco, sem se perguntar se outros a estão seguindo. Pouco a pouco, começa a crescer; pode ser visto, se não em fatos, pelo menos em espírito. A brava luta de alguns diminui o medo de outros; o espírito de revolta cresce. Nem sempre entendemos claramente qual é o objetivo das pessoas em revolta, mas entendemos contra o que elas estão lutando, e isso desperta simpatia por elas. Então chega finalmente o momento em que um acontecimento, às vezes insignificante em si mesmo, um flagrante ato de violência ou poder arbitrário, desencadeia a explosão revolucionária. Acontecimentos são precipitados, novas experiências são feitas a cada dia, entre a intensa agitação das mentes, as ideias se desenvolvem aos trancos e barrancos entre as massas. O fosso entre a massa e a minoria revolucionária diminui.

Após o período revolucionário – seja a revolução vitoriosa ou esmagada – a mentalidade geral atingiu um nível que nunca havia sido alcançado por longos anos de pacientes esforços de propaganda. O ideal da minoria revolucionária não está totalmente realizado, mas o que está concretizado (seja nos fatos ou na mente das pessoas) está cada vez mais próximo, mais convicção e menos compromisso essa minoria havia expressado em sua ação. O que foi realizado faz parte do seu programa; o que restará será a herança

da nova geração, a palavra de ordem da nova era aberta pela revolução. Porque uma revolução não é apenas a conclusão de uma evolução precedente, mas também o ponto de partida da evolução seguinte, que se ocupará precisamente da realização das ideias que, durante a revolução, não encontraram uma ressonância suficientemente ampla.

Mesmo quando uma revolução é vencida, os princípios que ela apresentou nunca morrem. Todas as revoluções do século XIX foram derrotadas, mas cada uma delas esteve um passo mais perto da vitória. A revolução de 1848, que traiu as esperanças dos trabalhadores, cavou definitivamente, nas jornadas de junho, um abismo entre os trabalhadores e a burguesia republicana; também tirou o caráter místico e religioso do socialismo e o ligou ao movimento social atual. A Comuna de Paris, afogada em sangue, destruiu o culto da centralização do Estado e proclamou os princípios da autonomia e do federalismo. E a revolução russa? O que quer que o futuro reserve, ela terá proclamado a queda da dominação capitalista e dos direitos do trabalho; em um país onde a opressão sobre as massas era mais revoltante do que em qualquer outro lugar, proclamou que são essas massas que agora devem ser donas de suas vidas. E seja qual for o futuro, nada tirará esta ideia das lutas futuras: o reinado das classes proprietárias praticamente acabou.

Estas considerações gerais ditarão a resposta à pergunta: nós reunimos as condições para a revolução social? Toda discussão sobre saber se a massa está “pronta” ou “ainda não está pronta” é sempre equivocada, seja ela pessimista ou otimista. Não temos como avaliar todos os fatores que determinam que um grupo social esteja pronto. O que chamamos de “estar pronto”? Esperaríamos que a maioria das pessoas se tornasse socialista? Mas sabemos perfeitamente que isso é impossível em nossa condição atual. Se pudessemos criar uma transformação radical de conceitos, sentimentos e de toda a mentalidade das massas apenas pela propaganda e educação, por que querer uma revolução violenta, com todo o seu sofrimento? A qualquer momento, a massa nunca está “pronta” para o futuro e nunca estará: um levante revolucionário terá acontecido mais cedo. Os revolucionários não têm o poder de escolher o seu tempo, de preparar tudo e fazer a revolução à vontade, como acender fogos de artifício.

As pessoas que sempre consideram os grandes movimentos prematuros costumam usar a grade da realização de algumas “condições históricas objetivas”: o grau de desenvolvimento capitalista, o estado da indústria, o desenvolvimento das forças produtivas, etc. Mas eles não veem esses dogmas desmoronar diante de seus olhos – assim como seus programas mínimos desmoronaram – sob a pressão da vida. Os marxistas mais confiantes têm que admitir que a revolução social começou não em um país onde o capitalismo era avançado, mas em um país predominantemente agrário onde ele era pouco desenvolvido e que, conseqüentemente, há outros fatores em jogo além do desenvolvimento das forças produtivas. E se eles tivessem desejado aprofundar esta questão, eles poderiam ter tirado esta conclusão do próprio marxismo, transformando-o em seu oposto: em uma teoria do progresso ativo, realizado pelos esforços dos indivíduos. Há, em Marx, uma citação preciosa: “O homem sempre se propõe apenas as tarefas que pode resolver”. Em outras palavras, se um ideal é concebido no seio de uma comunidade, é que existem as condições necessárias para sua realização. Seguindo essa ideia, diremos que a partir desse momento, a partir do momento em que um ideal é formulado pela minoria de vanguarda, sua realização é apenas uma questão de equilíbrio de forças entre as forças presentes: o passado, que já teve seu tempo, e um futuro inescapável. Aos poucos, à custa de duras lutas e inúmeros sacrifícios, a balança pende para o futuro. Atualmente, após um século de luta pela igualdade econômica, após um século de propaganda socialista, estamos testemunhando uma tentativa em grande escala de sua realização. Ela ainda conhecerá alguns contratemplos, retrocessos, tanto em sua luta contra seus inimigos quanto em seu desenvolvimento interno, e não devemos acreditar que nos encontraremos amanhã na sociedade anarquista que desejamos. Mas só podemos alcançar uma vida melhor se tentarmos obtê-la; o experimento é o único caminho que leva a isso, e não há outro. Em vez de perguntar: as condições estão maduras? As massas estão prontas? Devemos perguntar: estamos preparados? O que podemos oferecer como medidas concretas e práticas “no dia seguinte à nossa vitória, para alcançar nosso socialismo, comunismo, organizando-se fora e contra qualquer Estado? Quais são as medidas a elaborar, as condições a estudar previamente?” É aqui que deve residir nossa principal preocupação; o que devemos fazer é não nos deixar abater pelos acontecimentos,

mas nos preparar ativamente agora, sempre lembrando que um ideal só é realizável na medida em que as pessoas acreditam em sua realização e colocam sua energia nisso.

Parte 2: A Ditadura do Proletariado

A realização do socialismo deixou o reino dos sonhos e da propaganda teórica; aproximou-se e tornou-se mesmo um assunto urgente. E se é importante responder à questão de quais métodos levam a essa realização e são os mais prováveis de obter a vitória, é ainda mais importante obter uma imagem clara do que precisamos fazer após a vitória para que a revolução traga o maior aumento de felicidade, com o menor sofrimento possível.

A “ditadura do proletariado” parece atraente para muitas pessoas nos dias de hoje. Parece significar que os trabalhadores seriam agora senhores da vida social, senhores de seu próprio destino, sem exploradores, nem opressores acima deles. Parece ser a realização direta e imediata do socialismo. Na França, especialmente, onde o movimento operário não foi penetrado pela teoria e terminologia marxista, esta frase é causa de mal-entendidos. Ela encerra em si uma contradição: uma ditadura “é sempre o poder ilimitado” de um ou de um pequeno grupo; o que poderia ser a ditadura de toda uma classe? É óbvio que uma classe só pode deter o poder por meio de seus representantes, de quem delegou ou, mais simplesmente, acredita poder agir em seu nome. No final, um novo poder está sendo estabelecido, o poder do partido socialista ou de sua facção mais influente, e esse poder se encarrega de administrar o destino da classe trabalhadora. E isso não é um abuso ou sofisticação da ideia de “ditadura do proletariado”, é a sua própria essência. Decorre da teoria marxista, da maneira como essa teoria concebe a evolução das sociedades. Vamos nos lembrar como é.

Por definição, o poder político está em todos os períodos nas mãos da classe economicamente dominante. A burguesia, depois de substituir os poderes feudais na economia, também os substituiu politicamente, pelo menos nos países mais avançados da Europa e da América. Desde então, toda a atividade política da classe burguesa visa salvaguardar seus interesses e fortalecer sua dominação. Mas então, durante o desenvolvimento econômico, o proletariado substituiu a burguesia como a classe mais apta a desenvolver as forças produtivas; portanto, o poder político também deve ser seu. O novo Estado, o Estado proletário, só se preocupará então com os interesses dessa classe, que se torna a classe dominante. Essa é a ditadura do proletariado. Aparece uma objeção natural: uma classe dominante supõe uma classe dominada; entretanto, abolida a exploração econômica pela coroação da classe mais explorada, a própria existência de classes torna-se impossível. Esta contradição é resolvida graças ao conceito marxista de como uma transformação para o socialismo pode ser operada. Começa com a tomada do poder pelo partido socialista; o que o governo socialista pode fazer então?

A literatura marxista não é abundante quando se trata de projeções para o futuro: os social-democratas têm muita fobia de utopia para isso. Mas as poucas coisas que sabemos sobre isso são suficientes para nos informar que o socialismo terá que ser realizado gradualmente, ao longo de todo um período histórico. Durante este período, as classes não terão deixado de existir, e a exploração capitalista não terá terminado: apenas terá sido suavizada, atenuada em favor do proletariado. Agora é a classe que é protegida pelo Estado, enquanto a situação da burguesia se torna cada vez mais difícil. É assim que, no alvorecer do marxismo, Marx, no manifesto comunista, enumerou as medidas graduais que o governo socialista deveria adotar: (...)

A efetivação deste programa será feita de forma pacífica ou violenta, conforme as circunstâncias e, em todo caso, graças a um forte poder político. Ao definir o poder político como “o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”, o marxismo vislumbra, portanto, como objetivo último, uma sociedade que seja apenas uma “associação humana”, sem poder. É um caminho para a anarquia cortando seu oposto: um estado todo-poderoso.

50 anos depois, Kautsky, na “Revolução Social”, afirma que “a conquista do poder político por uma classe oprimida até então, ou seja, uma revolução política, constitui o aspecto essencial da revolução social”.; ele então indica como série de medidas legislativas destinadas a operar paulatinamente, com ou sem indenização, a “expropriação dos expropriadores”: impostos progressivos sobre a renda e a propriedade, medidas antidesemprego, nacionalização dos transportes e do latifúndio, etc. Qual é o regime possível dessa “ditadura do proletariado”? Um Estado mais forte do que nunca, pois detém em suas

mãos toda a economia do país; é mestre na distribuição de alimentos e pode literalmente tirar o pão de qualquer cidadão na hora que quiser. Como forma de abafar qualquer oposição, é muito eficiente. Os trabalhadores são empregados deste Estado; é pelo Estado que devem ter seus direitos reconhecidos. A luta contra esse chefe gigante fica muito difícil; greves se tornam crimes políticos. Talvez algum controle dos trabalhadores possa ser posto em prática, mas só funcionará na medida em que o Estado-patrão o aceitar. É possível que os trabalhadores usufruam, em troca, de outras vantagens, de natureza política, como direitos exclusivos de voto, por exemplo, ou privilégios na distribuição de produtos. Mas, se pensarmos bem, essas vantagens dificilmente são um progresso, pois não trazem justiça para sua vida social, e servem apenas para alimentar alguns ódios. Em vez de abolir a burguesia como classe e colocar cada burguês numa situação em que pudesse trabalhar de forma útil, eles podem (mesmo que ‘temporariamente’) viver do trabalho dos outros, mas são punidos por isso tirando algumas coisas às quais têm direito como seres humanos.

A burguesia deve ser colocada em uma situação em que não possa ferir ninguém; deve ser privado de suas forças armadas e de tudo o que constitui sua dominação econômica. Medidas repressivas contra burgueses individuais são uma vingança desnecessária. É também uma ladeira escorregadia: você acredita que está fazendo um trabalho revolucionário, mas não está trazendo nada para a construção de uma nova vida. Mais do que isso: esta guerra civil contra o inimigo interior, como um mal que foi removido, deixando a raiz, faz crescer o prestígio dos militares, dos líderes de grupos militares de qualquer tipo que estão lutando em qualquer lado. A luta tornou-se apenas uma questão de força militar. Muito naturalmente, a construção da sociedade de amanhã é adiada para dias mais tranquilos. Mas o momento passou, o povo está cansado e o perigo da reação cresce...

É por isso que, ao método dos decretos, nós nos opomos, para tornar o socialismo uma realidade, um método diferente.

A oposição entre essas duas visões remonta mais uma vez à Internacional, à batalha entre Marx e Bakunin. É Bakunin quem, primeiro, proclamou em sua “Política da Internacional” que o socialismo real difere do “socialismo burguês”, pois o primeiro afirma que a revolução deve ser “uma aplicação direta e imediata da liquidação social plena”, enquanto o segundo afirma que “a transformação política precede a transformação econômica”.

A facção que seguiu a tradição da Internacional federalista – a nossa facção – desenvolveu e aprofundou nos anos seguintes essa ideia de revolução econômica direta. Em **Le Révolté** primeiro, depois em **La Révolte**, Kropotkin mostrou através de exemplos históricos que o progresso humano é alcançado através da ação espontânea do povo e não através da ação do Estado; ao mesmo tempo, desenvolveu um programa para um comunismo livre, já que o princípio de “a cada um segundo suas necessidades” era o único compatível com uma sociedade que se administrava sem Estado. Ele também mostrou que a revolução econômica não pode ser realizada pouco a pouco e parcialmente, que isso só leva à desorganização da economia sem permitir que ela seja reconstruída em novas bases; que a distribuição comunista deve ser, no interesse da revolução, iniciada logo após a vitória. Ele opôs a “conquista do pão” à “conquista do poder” e mostrou a necessidade, para os socialistas, de encontrar novos caminhos fora das velhas formas.

Todo o movimento anarquista foi inspirado por essas ideias fundamentais. Seu campo de ação se expandiu principalmente a partir do momento em que o movimento operário na França, que havia desacelerado após a queda da Comuna, começou a ganhar um espírito revolucionário. Sob a influência de F. Pelloutier primeiro, depois de muitos anarquistas que se filiaram a sindicatos, nasceu esse grande movimento sindicalista revolucionário que, no início do século XX, carregava em si todas as esperanças de emancipação dos trabalhadores. O sindicalismo apropriou-se da ideia de assumir imediatamente o controle da produção e desenvolveu-a: os órgãos chamados a implementá-la já existem: a federação de sindicatos. A greve geral, prelúdio da expropriação, tornou-se o objetivo final da CGT. Lembremos que sua preparação pareceu em algum momento uma tarefa tão importante e urgente que **La Voix du**

Peuple abriu (por volta de 1902, se não me engano) uma coluna na qual os sindicatos eram convidados a escrever o que cada um faria após a vitória em a fim de garantir a produção contínua em seu domínio, como eles se relacionariam com outros sindicatos e consumidores etc. Esta iniciativa, que não obteve retorno suficiente, foi de grande importância; seria ainda mais importante retomá-lo agora que estamos mais perto de realizações práticas.

Esse foi, desde então até a guerra, o caráter fundamental do sindicalismo revolucionário. Da França, chegou a outros países, a outros movimentos operários. As ideias anarcossindicalistas alcançaram os escritos de sociólogos, advogados, economistas; cientistas de fora do movimento operário começaram a perceber que a renovação da vida econômica baseada na livre associação de produtores talvez não fosse apenas uma utopia, mas poderia ser o caminho para derrubar o capitalismo e inaugurar uma nova forma de existência política, sem o Estado.

A guerra pôs fim a essa evolução e mudou o rumo dos acontecimentos. O Estado foi repentinamente fortalecido, seu alcance estendido; as organizações operárias, por outro lado, retardaram sua ação ou a direcionaram, por dificuldades práticas, para conquistas mais imediatas. O elemento reformista tornou-se o mais importante.

O espírito revolucionário reapareceu em todo o mundo com a revolução russa, mas sob uma forma diferente: a forma do socialismo estatista.

Ainda não chegou a hora de tirar conclusões definitivas da experiência tentada na Rússia; há muitas coisas que não sabemos e seria difícil avaliar o papel de diferentes fatores nos sucessos e fracassos. Mas podemos dizer o seguinte: o que sabemos não pode mudar nossas ideias fundamentais. Não pretendemos desenvolver aqui todos os argumentos que nos levam a pensar que o aparato governamental é inapto para realizar uma revolução social, que só pode ser feita por grupos de trabalhadores, uma vez que se tornaram grupos de produtores. Essa demonstração tem sido feita com frequência em nossa literatura. No entanto, consideramos útil repetir suas conclusões gerais.

Acreditamos, como sempre acreditamos, que as organizações de camponeses e trabalhadores que assumem o controle da terra e dos meios de produção e administram a vida econômica têm mais chances de garantir o bem-estar material da sociedade do que decretos do governo.

Acreditamos que este modo de transformação está mais bem equipado para desarmar conflitos e evitar a guerra civil (porque permite mais liberdade e mais variedade nas formas de organização) do que introduzir pela autoridade uma reforma geral.

Acreditamos que a participação direta do povo na construção das novas formas econômicas torna mais estáveis as vitórias da revolução e garante melhor sua defesa.

Acreditamos, finalmente, que isso nos permite preparar, além de vitórias econômicas e políticas, um estágio superior de civilização, tanto intelectual quanto moralmente.

As comunidades operárias francesas herdaram ideias e experiências de luta suficientes para seguir o caminho que leva mais diretamente à completa emancipação. Proclamar a queda do capitalismo e o reinado do socialismo é uma grande coisa, e por isso podemos agradecer ao governo socialista russo. Mas também desejamos que o socialismo seja posto em prática, que amanheça uma nova era para a humanidade e que nenhuma arma seja oferecida à reação das falhas dos socialistas. Para isso, nós que trabalhamos em solo francês, devemos usar efetivamente o tempo que temos para estudar o que as organizações operárias podem e devem fazer logo após a revolução.

Consideramos algo da maior importância ter a discussão mais séria e completa possível sobre as questões da economia uma vez que os trabalhadores a tenham conquistado. Este não é um debate, ou propaganda, mas um estudo. Não podemos mais apenas dizer que algo é desejável, nem mesmo tentar

prová-lo: devemos mostrar medidas práticas que possam ser imediatamente postas em prática com os meios de que dispomos.

Esta é a tarefa que convocamos para que nossos camaradas cumpram.

Parte 3: Alguns Marcos na Economia

As formas que a produção e a distribuição assumirão estão na frente de todas as nossas visões do futuro: delas dependerá todo o caráter da sociedade que substitui o regime capitalista. A pergunta não é nova, mas a resposta torna-se urgente; além disso, a experiência da revolução russa nos fornece informações preciosas que confirmam ou contradizem conceitos formulados anteriormente de maneira puramente teórica.

Resolver concretamente estas questões, isto é, organizar um plano de organização econômica para “o dia seguinte”, indicar os enquadramentos e as instituições que devem ser criadas para o pôr em prática, é uma tarefa que vai muito além das capacidades não só da autora deste artigo, mas, em geral, de uma publicação como **Les Temps Nouveaux**. É o trabalho de especialistas: trabalhadores, técnicos de todos os ofícios, diretamente preocupados com a produção; somente suas organizações e grupos profissionais podem discutir quais medidas tomar, agora e no futuro, de forma inteligente. Mas qualquer socialista, qualquer grupo de propagandistas pode e deve estabelecer para si e para seus camaradas uma visão geral, pensar sobre a experiência que está acontecendo diante de seus olhos e para traçar algumas linhas gerais ao longo das quais eles gostariam de ver os pensamentos mais competentes dos especialistas funcionarem. Tais considerações compõem este artigo.

Entre as ideias atuais sobre o modo de produção e organização de uma sociedade socialista, a nacionalização é a mais comum e acessível. A apropriação dos meios de produção pela sociedade é concebida nos programas de todos os partidos socialistas estatais como a apropriação do Estado, uma vez que a sociedade é, por definição, representada pelo Estado. Quaisquer que sejam as formas que o Estado assuma, seja ele parlamentar, soviético ou outro: é sempre a organização detentora do poder político que é também proprietária dos recursos naturais, dos meios de produção e dos órgãos de distribuição dos produtos.

Podemos ver o quanto o Estado é fortalecido. Assim como o poder político, ele detém todas as fontes de vida. A dependência de seus súditos atinge seu máximo. O chefe-estado é um chefe muito autoritário, como todos eles. Ele quer ser dono de seu próprio negócio e não tolera a intromissão dos trabalhadores se puder evitá-la. No que diz respeito à economia, o Estado nem mesmo quer ser um monarca constitucional: tende sempre a ser um autocrata. A ideia de Jaurès[1]: a democratização gradual, através do Estado, da economia, comparável à democratização política operada no passado, parece ser apenas uma utopia agora mais do que nunca. Sob o capitalismo, os funcionários públicos e trabalhadores são os mais dependentes de todos, e no outro extremo do espectro da organização social, no regime coletivista dos bolcheviques, ainda é o caso: os trabalhadores gradualmente perdem seus direitos de controle e seus comitês de fábrica, até mesmo seu melhor meio de luta: seu direito de greve. E, ainda por cima, são submetidos à mobilização no trabalho, aos “exércitos” operários regidos pela disciplina militar. E esta é uma falha fatal: nenhum poder se restringe a si mesmo se nada o obrigar, e quando os poderosos seguem uma ideia, quando estão convencidos de que ela só pode ser realizada por meio da coerção, eles se comportarão de maneira ainda mais inflexível, ainda mais absoluta em seu direito de dispor da vida dos cidadãos.

Geralmente é pela necessidade de aumentar a produção que se justifica a supressão de todos os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores. É assim que o poder bolchevique explica os exércitos de trabalho obrigatório. Porém, fora de qualquer julgamento de princípio, a questão da diligência, em trabalho e em dinheiro, exigida por uma grande burocracia – condição necessária para a ampliação do poder estatal – mostra que esse cálculo é equivocado. Na Rússia, a administração burocrática das fábricas absorve a maior parte de suas receitas, sem contar o número de pessoas que afasta do trabalho útil. E os resultados que desejavam estão longe de serem obtidos. O Estado-patrão está mal equipado para combater esta diminuição da produtividade do trabalho que necessariamente se segue a grandes catástrofes como a guerra, a fome, a falta de recursos, etc. Além disso, o governo socialista dos bolcheviques não encontrou nenhuma outra solução para combater esses problemas além de medidas bem conhecidas, que há muito são combatidas por socialistas e trabalhadores de todos os países: trabalho por peça, sistema de pagamento de bônus, taylorismo, etc. É assim que, em geral, o salário por hora

se torna trabalho por peça, os dias de 12 horas substituem os dias de 8 horas, a idade do trabalho obrigatório diminuiu de 16 para 14 anos. E, por último, esta mobilização da mão-de-obra (medida da qual, há alguns anos, teríamos julgado incapaz qualquer partido socialista) que nos recorda o tempo da servidão.

Se os socialistas, que certamente não pretendem degradar os trabalhadores e apenas tomam tais medidas com o coração pesado, se veem forçados a ir tão longe contra todas as suas ideias, é porque no seu campo de atuação, que é enquadrado exclusivamente pelo Estado e só pode utilizar o Estado, não há outras soluções. E, no entanto, aqui está um fato, um pequeno fato em si, mas significativo. Durante a dura luta liderada pelo governo soviético contra a desordem na indústria, apenas uma medida eficaz foi tomada. Era um trabalho voluntário aos sábados.

“O Partido Comunista tornou obrigatório para seus membros aderir ao esquema de trabalho voluntário aos sábados... Todos os sábados, em diferentes regiões da república soviética, descarregam-se barcos e carruagens de combustível, reparam-se vias férreas, carregam-se trigo, combustível e outras mercadorias destinadas ao povo e à frente de batalha, reparam-se carruagens e locomotivas, etc. Lentamente, a grande massa de trabalhadores começa a se juntar aos “trabalhadores de sábado”, para ajudar o governo soviético, para contribuir com trabalho voluntário para combater o frio, a fome e a desordem econômica geral”[2]. De outras fontes, aprendemos que a produtividade no trabalho voluntário excede em muito a produtividade do trabalho remunerado nas fábricas. Não há necessidade de apontar o quão instrutivo é este exemplo. Entre todas as medidas pelas quais os trabalhadores foram atraídos por altos salários, segundo os princípios do capitalismo clássico, ou submetidos à disciplina militar, apenas uma se mostrou eficaz: o apelo ao trabalho livre e consciente de pessoas que sabem que estão fazendo algo útil.

Mas essas considerações procedem de um estado de espírito estranho à ideia do Estado e do trabalho obrigatório a seu serviço.

Aqui está outra fórmula, à primeira vista mais atraente. São as empresas que estão sendo tomadas por seus trabalhadores ou suas organizações industriais correspondentes. É o sistema que, na França, é expresso pela frase “a mina aos mineiros”.

Durante o primeiro ano da revolução russa, antes mesmo de os bolcheviques chegarem ao poder, houve vários exemplos dessa tomada de fábricas pelos trabalhadores. Foi fácil, pois os patrões, naquela época, nada mais queriam do que sair de suas empresas. Mais tarde, os bolcheviques introduziram o “controle operário” em todas as fábricas, mas esse controle era apenas uma meia medida sem efeito prático: onde os trabalhadores eram fracos e mal organizados, não surtia efeito; onde estavam conscientes de seus direitos, afirmavam – muito logicamente – que não precisavam deixá-los para seus antigos donos. E eles os tomaram, reivindicando-os como propriedade das pessoas que trabalhavam lá. Mas ainda era a propriedade de um grupo de pessoas substituindo a propriedade de um único burguês. Isso poderia levar, no máximo, a uma cooperativa de produção. O proprietário coletivo só se preocupava – como antigamente o proprietário burguês – com seus próprios interesses; como os outros, eles tentaram obter ordens do Estado, etc. O egoísmo e a ganância, embora agora compartilhados entre um grupo, ainda não eram menos fortes.

Outra consideração, desta vez prática, torna impossível a extensão de tal sistema a toda a sociedade. Existem algumas empresas que lucram muito: as que produzem bens de grande consumo, ou empresas de transporte; os trabalhadores de lá que se tornam proprietários são, nesse sentido, privilegiados. Mas há muitos outros que não dão lucro algum, embora exijam gastos contínuos: escolas, hospitais, reparação de estradas, limpeza de ruas, etc. Qual seria a situação das pessoas empregadas nesses ramos? Do que eles viveriam se essas empresas se tornassem sua propriedade? Que meios usariam para mantê-los trabalhando e quem pagaria seus salários? Obviamente, o princípio da propriedade dos trabalhadores deve ser modificado para eles. Podemos imaginar, é verdade, que os consumidores pagariam; mas isso

seria um retrocesso em vez de um progresso, pois um dos melhores resultados do desenvolvimento econômico é o fato de algumas conquistas da civilização serem gratuitas: hospitais, escolas, pontes, encanamentos, poços e algumas outras coisas. Torná-los um serviço pago seria adicionar alguns novos privilégios aos proprietários e retirar dos não proprietários maneiras de atender às necessidades mais essenciais.

Todas as considerações – e algumas outras – tornam esse sistema pouco desejável. Na prática russa – à qual devemos sempre olhar como a única experiência socialista feita na atualidade – as desvantagens desse sistema, introduzido desde o início da era bolchevique, levaram o governo soviético a adotar, como única solução, a nacionalização.

Uma terceira via deveria ter sido procurada, indo por um caminho muito diferente; mas os bolcheviques estavam muito impregnados de ideias social-democratas e estatistas para isso, o que apenas apontava para o conhecido sistema de nacionalização. E foi isso que eles escolheram.

Tentemos, de nossa parte, buscar esta terceira via: um regime que dê aos trabalhadores a direção da vida econômica, mas sem as desvantagens da propriedade industrial. E, antes de tudo, voltemos ao nosso princípio fundamental: o nosso comunismo, o comunismo real e não esse comunismo de 1848, já obsoleto, que os bolcheviques redescobriram recentemente e que adotaram como nome para seu partido para se desfazerem do nome “social-democrata”, que foi muito desonrado por compromissos. Vamos tentar, à luz desse princípio, examinar um pouco mais claramente os problemas em mãos.

Se não reconhecemos a nacionalização nas mãos do Estado nem a fórmula “a mina aos mineiros”, que forma pode assumir esta apropriação dos meios de produção pelas organizações operárias (sindicatos, soviets, comitês de fábrica ou outros)?

Em primeiro lugar, os meios de produção não podem se tornar propriedade dessas organizações: devem apenas fazer uso deles. O vento ou a água que fazem girar as pás ou a roda de um moinho não são propriedade de ninguém; eles são usados apenas para o trabalho. Da mesma forma, a terra não deve ser propriedade de ninguém; as pessoas que a cultivam a utilizam, mas ela é da coletividade, ou seja, de ninguém em particular. Da mesma forma, instrumentos de trabalho construídos por mãos humanas: são bens comuns, ou riqueza coletiva, utilizados por quem os utiliza em determinado momento. Como, aceitando isso, podemos imaginar primeiro a organização da produção e depois a organização da distribuição?

Obviamente, apenas a soma das organizações industriais interessadas pode administrar um ramo de produção; essas organizações profissionais agruparão indiscriminadamente os próprios trabalhadores e os especialistas mais experientes – engenheiros, cientistas, etc. Cada ramo da produção está intimamente ligado, por um lado, aos ramos que lhe fornecem matérias-primas e, por outro, às organizações ou ao público que consome seus produtos. E, como nessas relações o papel mais importante é conhecer as necessidades e possibilidades, devem existir alguns grupos, comitês que concentrarão os ensinamentos estatísticos necessários. O seu papel deve limitar-se estritamente ao de fornecedores de dados estatísticos; o uso que será feito desses dados não lhes diz respeito. Eles não podem emitir nenhum decreto; as decisões pertencem exclusivamente às organizações profissionais. O conselho desses comitês estatísticos não é mais coercitivo do que as informações fornecidas por um arquiteto, o conselho de um nutricionista, um professor etc. Quanto aos diversos ramos da produção, os modos de organização podem ser muito variados, dependendo das peculiaridades técnicas de cada um: alguns podem admitir uma total autonomia de grupos particulares, outros podem exigir uma ação perfeitamente coordenada de todos. Deseja-se apenas que haja, em cada especialidade, não apenas um organismo central a gerir tudo, mas um grande número de organismos especializados, com tarefas claramente delimitadas. Não podemos, obviamente, prever as diferentes modalidades que esta organização do trabalho pode oferecer. Adaptá-lo às necessidades atuais pode não ser uma tarefa extremamente difícil.

Mas há questões mais difíceis, que exigem inovação contínua, pois nada semelhante jamais foi tentado. Quem seria o dono desses meios de produção, que serão administrados pelas organizações operárias, e dos objetos produzidos, ou seja, de toda a riqueza coletiva? Se não é o Estado nem os ramos industriais, então quem? O que representa concretamente a frase “os meios de produção pertencem à coletividade”? Quem representará esta coletividade? Quem vai dispor dos produtos e com que base? Quem terá lucro com a venda? Quem vai pagar os salários?

É neste momento que devemos ter em mente a nossa ideia comunista, o nosso grande princípio “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades”, e daí tirar todas as conclusões.

“Quem disporá do produto do trabalho?” Esses produtos devem constituir riqueza coletiva oferecida para consumo de todos, se forem bens de consumo imediato, ou oferecidos para uso da organização dos trabalhadores (se forem matérias-primas ou ferramentas). As pessoas singulares ou coletivas recorrerão a estes estoques à medida que necessitem e, no caso de quantidades insuficientes, mediante acordo com outros consumidores e organizações interessadas. Ninguém realmente possui esses produtos, exceto os trabalhadores da distribuição que tentarão atender aos pedidos.

Da mesma forma, a pergunta “quem ficaria com o lucro da venda?” é respondido. Não haverá lucro, porque não haveria venda, porque os produtos não são mercadorias, mas apenas bens de consumo, igualmente acessíveis a todos. O comunismo não reconhece a distinção entre bens de consumo – propriedade privada – e meios de produção – propriedade coletiva. Nem mesmo reconhece entre eles qualquer diferença de natureza; carvão, por exemplo, qual é? É um elemento indispensável na produção e também um dos objetos mais necessários para o consumo individual. O objetivo do comunismo é tornar tudo gratuito. Todos reconhecerão que moradia, alimentação, roupas necessárias, calefação, etc. devem estar disponíveis para todos, da mesma forma que assistência médica ou iluminação pública, que são oferecidas até na sociedade capitalista. Qualquer ser humano tem direito a esses objetos de primeira necessidade pelo simples fato de sua existência, e ninguém pode privá-los deles. A parte individual no consumo social pode ser determinada por muitos fatores individuais e sociais: primeiro, pelas necessidades de cada pessoa por tudo o que é abundante; infelizmente! na Europa moderna, em vez de abundância de produtos, há escassez, e isso deve ser notado. Um mínimo necessário (calculado o mais possível sobre o consumo médio em tempos normais) terá de ser estabelecido e o racionamento implementado, de comum acordo. As provisões podem e devem ser diferentes de acordo com as categorias de pessoas. Essas categorias devem ser baseadas na diferença de necessidades; a idade teria que ser levada em conta, assim como a saúde, a resistência, etc. Muitas considerações deverão ser previstas, também, na distribuição dos produtos: as necessidades da comunidade, a necessidade de fazer reservas para o futuro e de guardar algumas para trocas com outras comunidades, etc. Há apenas um fator que nos recusamos a levar em conta nesses cálculos: é a quantidade de trabalho despendido por cada indivíduo.

Podemos ouvir alguns protestos. O espetáculo da sociedade atual, onde quem produz menos consome mais, revolta nosso senso de justiça e nos faz dizer antes de mais nada: tudo ao trabalho e a cada um proporcionalmente ao trabalho realizado.

Mas, apesar desta tendência natural, pensamos que não é segundo este princípio – por mais legítimo que pareça face à evidente injustiça do nosso tempo – que se deve fundar a sociedade futura. A vingança exercida pelo povo contra seus opressores na época da revolução também é justa, mas não é nessa vingança que o reinado do povo pode se basear após a vitória, mas na solidariedade humana. O mesmo vale para questões de distribuição. E que ninguém nos diga que primeiro precisamos reprimir a burguesia e que a vitória da classe trabalhadora deve primeiro levar a um modo de distribuição que coloque o trabalho no lugar que ele merece. A luta de classes termina com a vitória dos trabalhadores e a distinção entre trabalhadores e parasitas não existe mais. A possibilidade de trabalho livre em uma sociedade livre é dada a todos, e o número de pessoas que o recusam será tão pequeno que não será suficiente

para criar uma nova classe de parasitas sob a forma de uma grande casta de burocratas, e na próxima geração os vestígios do antigo parasitismo terão desaparecido.

Dar a cada um proporcionalmente ao seu trabalho é, se quiser, um princípio justo; mas é um tipo inferior de justiça, como a ideia de recompensar o mérito ou punir o vício. Não entraremos em detalhes sobre todas as razões filosóficas que nos fazem rejeitar isso. O que estaríamos acrescentando aos argumentos que P. Kropotkin deu quando lançou as bases do comunismo anarquista? Digamos apenas que – para os camaradas você não saberia disso – na outra ponta do pensamento socialista, Marx aceitou os mesmos pontos de vista quando disse que somente quando a retribuição pelo trabalho for substituída pela distribuição de acordo com as necessidades de todos “o horizonte estreito do direito burguês pode ser atravessado em sua totalidade”[3]. Queremos precisamente ir além dos direitos burgueses e da justiça de inspiração burguesa. Cada um tem direito à sua existência simplesmente em virtude de ser humano. Então, e também porque são humanos, um ser vivente que vive em sociedade, eles se dedicarão a fazer a sua parte no trabalho para o bem comum. Esta é a única garantia possível contra uma nova forma de exploração e conflitos sem fim.

Rejeitamos, portanto, a própria ideia de um salário; dissociamos as duas questões da produção e do consumo, deixando entre elas apenas o vínculo que resulta do fato de que a quantidade total de bens produzidos deve ser indexada às necessidades de consumo. Esta é a única ordem de coisas compatível com um regime em que as organizações de trabalhadores dirigem a produção sem serem proprietárias dos meios de produção. É também a única compatível com uma sociedade livre, liberta do poder coercitivo de um Estado.

Não esperamos, obviamente, que logo no dia seguinte à revolução tudo se encaixe perfeitamente, sem conflitos, sem uma mistura de elementos burgueses do passado. Sabemos que é muito improvável que esse comunismo, completo e puro, possa ser realizado de uma só vez. Mas também sabemos que é na medida em que os construtores do futuro se inspirarem nele que o seu trabalho será frutífero. É por isso que nos parece tão importante, tão infinitamente desejável que é com este espírito que se traçam os marcos do futuro.

[1]Jean Léon Jaurès (Castres, 3 de setembro de 1859 — Paris, 31 de julho de 1914) foi um político socialista francês, que embora reconhecesse a Luta de Classes, propunha uma revolução social democrática e não violenta. (Wiki), N.T.

[2]Órgão oficial do governo bolchevique *Ekonomicheskaia Jizn* (**Vida Econômica**), nº 213 (citado Pela Rússia, nº 10), artigo de Kerensky.

[3]K. Marx, Crítica do Programa de Gotha.

Biblioteca Anarquista



Marie Goldsmith
Questões do Amanhã
Julho, 1919

forgottenanarchism.wordpress.com

Titulo Original: **The Issues of Tomorrow**. Tradução e Revisão por André Tunes @*Nucleo de Estudos Autonomo Anarco Comunista*.

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org